

Entrevista com

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA¹*Realizada em São Paulo, em 18 de dezembro de 2014*

Em uma agradável tarde, conversamos com José Jobson de Andrade Arruda, professor aposentado de História Moderna da USP, no jardim junto à Cátedra Jaime Cortesão. José Jobson expôs as motivações de seu ingresso na graduação em História e a experiência de ter sido estudante e docente durante a Ditadura Militar. Com grande propriedade, refletiu sobre sua filiação a uma Histórica estrutural e com inspiração marxista, em alta até meados da década de 1970, e sobre a transição de paradigmas historiográficos que então se operava, com a ascensão de objetos e problemas ligados ao âmbito da Cultura, do cotidiano e dos costumes.

Dono de consistentes oratória e argumentação, Jobson também discorreu sobre sua experiência como professor do Cursinho Objetivo, sobre a participação em programas educativos para televisão e sobre o livro didático “História Moderna e Contemporânea” pela editora Ática, o qual julga ser sua obra mais importante pela circulação junto a milhões de alunos, tendo marcado época. Ainda sobre esse tema, refletiu sobre a diferença de abordagens de seu livro, da década de 1970, e dos materiais didáticos dos dias de hoje.

Epígrafe_ A gente queria que o senhor começasse contando um pouco como e quando o senhor entrou no curso de História e que motivos o levaram a escolher esse curso. Nós ouvimos falar que, na época, o ingresso era bem mais complicado e difícil, havia provas orais, de latim, de francês. O senhor pode contar como foi essa escolha e o ingresso no curso?

José Jobson de Andrade Arruda_ Essa história começa com o fato de que eu sou um migrante, do sul de Minas para São Paulo. Minha família veio para São Paulo atraída pela legislação trabalhista instituída por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1943. Eu nasci

¹ Versão revista e alterada pelo entrevistado.

em 42. Em 1994 eles vieram. Como era muito pequeno fui deixado com os meus avôs na minha pequena cidade de Santa Rita de Cássia, no sul de Minas. Nesse contexto, é claro que as condições familiares tornaram-se fundamentais para que eu tivesse feito a opção por história, como eu vou explicar mais adiante.

Em primeiro lugar, meus pais se tornaram funcionários da fábrica de cigarros Souza Cruz, no Brás. Era a famosa multinacional *British American Tobacco Co.* Naquela época eu não tinha noção nenhuma de que meus pais viviam sob salário de uma empresa que era parte do imperialismo americano. Ironia da história só mais tarde percebida e analisada criticamente. Meus pais vieram para São Paulo e nós fomos, evidentemente, morar na periferia da grande cidade – hoje não é mais periferia da cidade, mas naquela época era longe –, uma localidade que fica entre o bairro da Penha e São Miguel Paulista. No meio daquele caminho era um vazio, terra de ninguém, só faltava haver índios. De fato, o lugar onde eu morava era um lugar deserto, não havia luz, não havia água encanada, não havia rede de esgoto, asfalto nem falar. No terreno que meus pais compraram e fizeram uma pequena casa foi onde morei durante anos, até atingir a maioridade.

Nos inícios dos anos 60 nos deslocamos desse local para um apartamento próximo da companhia de cigarros Souza Cruz, na Rua do Hipódromo, onde nós passamos a morar. Naquele momento, a questão que se colocava para alguém nessas condições era: “o que você vai ser quando crescer?”. Essa pergunta eu não sei se está muito na moda hoje, mas naquela época estava: alguém chegava na sua casa, um tio, um parente, um conhecido, e perguntava “o que você vai ser?”, para ver se a criança era inteligente e tinha algum tino para responder sobre as possibilidades que existiam na sua vida. A resposta clássica no nosso meio era vir a ser padre ou militar, opção melhor do que a simples profissionalização. Quando me perguntavam, eu respondia que queria ser militar, porque era a única coisa que se avizinhava como possível porque oferecia uma carreira, na qual você podia ingressar sem ter recursos, sendo ignorante de pai e mãe. Eu não era. Minha mãe era diferenciada, mas meu pai tinha uma formação rebaixada, não concluíra o primeiro grau. Mas minha mãe compensava. Escrevia muito bem, falava muito bem, tinha feito um bom colégio, pois a educação em Minas Gerais tradicionalmente foi uma educação considerada de alta qualidade. A ideia era alistar-me

como soldado raso na tropa. Entrar e fazer uma carreira militar começando de baixo e, depois, ir galgando os cargos que a hierarquia militar possibilitava. Esse era o horizonte de expectativa de um menino na periferia de São Paulo, em um bairro chamado Vila Brasil, a meio caminho entre o bairro da Penha e a longínqua São Miguel Paulista. Um pobre bairro operário encravado no meio do nada, onde a falta de luz obrigava ao uso de lampiões a querosene e, mais modernos, a gás, cuja manutenção a mim cabia.

Mas, como já disse, minha mãe era uma pessoa diferenciada. Apesar de trabalhar o dia inteiro, ela acompanhou todos os meus passos no primário realizado em escola pública. No colegial, como não havia vaga no famoso Colégio Estadual da Penha, muito concorrido, ela me pôs em uma escola paga, no colégio do Ateneu Ruy Barbosa. Era uma escola razoável, mas não como o estadual da Penha, um colégio de altíssimo nível. Então eu, que era filho de proletário, tive que cursar uma escola paga por minha mãe, coisa que, *mutatis mutandis*, acontece até hoje. Mas a minha mãe se esforçou para que eu tivesse algo a mais em matéria de educação, mesmo que isto significasse uma parte significativa do salário mínimo que recebiam, ela e meu pai. Sacrifício que faziam e que precisaria ser recompensado. Coisa que tinha em minha cabeça o tempo todo e que teria influência na minha futura escolha profissional. De fato, quando terminei o curso científico – naquela época você tinha a opção entre o clássico e o científico, clássico para as humanidades, científico para biológicas e exatas –, indicativo de que pretendia cursar uma faculdade nesta área, estava na hora da decisão, pois se aproximava também a obrigação de cumprir o serviço militar, pois estava completando 18 anos.

Qual foi a minha decisão? Foi a de me inscrever para prestar o serviço militar obrigatório, coisa que eu não precisava fazer: eu era filho único, era arrimo de família e o arrimo de família não precisa servir, pois se supõe que ele servirá aos pais em caso de necessidade. Esse era um direito que eu tinha e eu não fiz uso dele, porque eu queria servir. Eu sabia que se eu servisse e, em seguida, fizesse exames para ingressar na Academia Militar de Agulhas Negras, teria preferência por estar na tropa. Fui incorporado em 15 de maio de 1961.

Em outubro de 1960 Jânio Quadros fora eleito Presidente. Coisa excepcional a eleição do Jânio, fora de todas as regras e possibilidades, na contramão dos partidos,

uma eleição diferenciada, um sujeito complexo que acenava com uma possibilidade de renovação muito grande.

Nesse contexto fui servir no 2º Batalhão de Engenharia de Combate em Pindamonhangaba. Pensava que ficaria lá um tempo e aí haveria a seleção para Agulhas Negras e eu poderia passar. Então, em agosto daquele mesmo ano, veio a renúncia do Jânio e, com ela, um turbilhão. Tudo mudou, nós fomos envolvidos diretamente no conflito entre o 4º Exército que vinha do sul e a nossa unidade, que pertencia ao 2º Exército. Poderia ter havido um enfrentamento. Cheguei a ser mobilizado e ficar de prontidão para o combate contra as tropas que vinham do sul. Não chegamos a isso, evidentemente, mas a possibilidade havia.

Fui desmobilizado no ano seguinte, no dia 15 de maio de 1962, quando completei 10 meses de reservista. Quando eu entrei, a incorporação era por 8 meses, mas a gravidade da situação levou à ampliação do prazo. Quando voltei para casa, a idéia de fazer carreira militar havia desaparecido. Não gostei do relacionamento, do circunstanciamento, das coisas que fazia. Dos companheiros de farda, somente reencontrei um dos parceiros, Dorival Zaparolli.

Alguns ficaram no exército. Por seu empenho e interesse foram promovidos a cabo depois de terem cursado um programa interno de ensino e treinamento. E quem era promovido de soldado a cabo e não tinha outra opção na vida, ficava. Não me interessei por esta progressão interna porque almejava algo maior, a Academia Militar. Mas fui, digamos, um soldado diferenciado, porque quando cheguei lá eu possuía o terceiro científico completo, raridade entre os conscritos, na sua maior parte iletrados que tinham que cursar uma escolinha noturna de alfabetização. O empenho de minha mãe fazia toda diferença. Seu empenho em me dar formação tinham me levado a fazer Cultura Inglesa. Um curso pago que eu frequentava três vezes por semana, no centro da cidade, na Rua Barão de Itapetininga. Depois foi para a Avenida Higienópolis e, de lá, para Pinheiros. Eu era uma exceção na vila em que morava na Estrada de São Miguel, a Vila Brasil. Tinha secundário completo, *Lower Cambridge Certificate*, curso técnico de datilografia e taquigrafia, tudo isto por influência e empenho de minha mãe. Então quando fui para o Exército, me destacava por saber inglês, por isso tornei-me ajudante de ordens do comandante da minha companhia, o tenente Santos, que me elogiava e

me rebaixava. Dizia ele ao sargento mais próximo: “este é o Jobson, 221” - 221 era o meu número- “ele sabe inglês, mas ele também engraxa meu coturno”. Acho que por isso eu não quis ficar lá.

Ao retornar para casa minha mãe me disse: “Bom, temos que ver o que você vai fazer. Você precisa fazer faculdade”. Tínhamos que escolher uma profissão e uma escola. Fui com a minha mãe a um cursinho chamado André Dreyfus, que ficava na Liberdade. Era o cursinho para a área de ciências humanas mais famoso na cidade. A secretária que nos atendeu perguntou qual era o curso que eu queria fazer. Eu não tinha ideia nenhuma. Ela disse que eu poderia assistir a algumas aulas e ver qual era mais interessante, a que mais me atraía.

Eu fiz isso. Entrei numa sala onde a professora Ondina Maria Silvia dava uma aula de História. Assisti à aula e fiquei encantado. Eu tivera aulas de História no curso secundário, mas a Ondina era uma professora magnífica, magistral. Ela mobilizava a sala, agitava as pessoas, fazia crer que a História era a última dádiva da criação da humanidade feita por Deus. Eu saí de lá achando que poderia fazer o curso de história e voltei no dia seguinte convencido também por outras razões. A aula da Ondina, sim, me estimulou. Mas comecei a pensar quais eram as matérias em que tinha as notas mais altas no curso em todo o secundário. E descobri que tinha notas altíssimas em história; que tinha uma facilidade enorme em memorizar as coisas. Eu conseguia memorizar páginas inteiras lidas, incluindo notas de rodapé. Gostava de história porque tinha facilidade em aprender. Não gostava de matemática porque tinha muitas dificuldades. Mas também nunca representara uma atração especial para mim. Mas ficou claro que para ela eu tinha potencialidade, eu sabia. A isto se somava uma condição fundamental. Qual era, dentre as opções disponíveis, a que me permitiria mais rapidamente alcançar a profissionalização e ajudar meus pais?! Esta foi a condição chave que me direcionou para o campo da história. Afinal de contas, qual era a opção que me permitiria mais rapidamente ajudar minha mãe, que se levanta às quatro da manhã, tomava um trem na Central do Brasil na estação de Engenheiro Goulart, iniciar o trabalho às sete na Souza Cruz, na Rua do Hipódromo, saindo às quatro e retornando a casa entre às cinco e seis, fazer os serviços domésticos cotidianos e, no outro dia, levantar-se às quatro da manhã e reiniciar tudo de novo. Nas tarefas domésticas minha mãe recebia o auxílio

dedicado de meu pai, também funcionário da Souza Cruz. Era ele o cozinheiro da casa, pois trabalhava no período noturno na fábrica, um turno que começava às quatro e terminava às dez. Parte das tarefas, arrumar a casa, até mesmo lavar roupa, contava com minha colaboração, razão pela qual sei fazer tudo.

Foi por tudo isto que ao chegar ao curso André Dreyfus fiz uma pergunta estratégica. Dentre os cursos oferecidos qual tinha a concorrência mais baixa, ou seja, onde era mais rápido entrar. Eu sabia que em medicina não havia chance. De fato, a minha primeira opção, pois quando menino ao me perguntarem: “o que você quer ser quando crescer?”, a resposta pronta era: “médico”. O empecilho fundamental era de ordem econômica. Fazer medicina exigia frequentar um cursinho, no caso o Brigadeiro, o mais famoso, que custava os olhos da cara e estava fora das possibilidades de uma família operária. Não era como os cursinhos de hoje que oferecem bolsa aos alunos com maior potencialidade de passar nos vestibulares. As faculdades de medicina eram poucas. Em São Paulo a USP e a Santa Casa. Extremamente concorridos, os exames vestibulares eram pesados, sem provas objetivas, tipo teste, e sim provas escritas, que exigiam grande preparação, o que explica o grande número de candidatos que prestavam o exame anos a fio e não entravam. Engenharia era mais ou menos a mesma coisa. Portanto, medicina e engenharia estavam fora das possibilidades. A alternativa, então, tinha que ser o que fosse mais fácil. Quando a secretária me mostrou a relação entre número de inscritos e números de vagas disponíveis para o curso de história, 50 candidatos para 30 vagas no curso diurno, a decisão foi tomada.

Se eu me tornei um historiador diferenciado mais tarde e acho que, por certas evidências, eu me tornei, foi por mera casualidade. Foi o destino, foram as circunstâncias. Isso mostra que as circunstâncias têm o seu papel na história. As estruturas são fundamentais, mas as circunstâncias precisam ser levadas na devida consideração.

Epígrafe_ Em uma entrevista à Revista Hera, da Pós-Graduação de História Econômica do Rio de Janeiro, o senhor afirmou que o Sérgio Buarque de Holanda foi a grande exceção na escrita da História por transitar entre a ciência e a arte em seus

textos. Além dele, que outros professores foram uma referência para o senhor ao longo do curso?

José Jobson_ O Sérgio foi, realmente, referência para toda uma geração, e continua sendo uma referência hoje. Era um escritor fantástico, uma escrita maravilhosa, plástica, natural. Na verdade, o Sérgio não foi uma das minhas principais influências, apesar de reconhecer que ele de fato foi um historiador raro porque conseguia aliar ciência e arte, pesquisa densa e escrita com qualidade literária. Tive pouco contato com ele. O Sérgio me deu aula em um único semestre e logo em seguida ele se aposentou. Não ficou muito tempo na Universidade. Ele tem uma grande marca, mas no Departamento de História ficou pouco tempo. Chegou à USP já maduro, com grande prestígio intelectual depois de sua trajetória no Rio de Janeiro. Ele é muito mais carioca do que paulista. O Sérgio veio para o Museu Paulista e depois ingressou no Departamento de História. Como a lei que permitia a aposentadoria dos professores aos 25 anos foi alterada, passando para 30 anos, Sérgio que tinha tempo de aposentadoria antecipou sua saída, pressionado também pelo clima político pouco propício daquele momento para os intelectuais críticos como ele.

Foi uma pena. Uma perda para o Departamento de História, inclusive porque a cadeira do Sérgio naquela época não tinha ainda um professor com seu gabarito intelectual e em condições de assumir a Cátedra de História do Brasil. O catedrático era alguém que podia escolher seus assistentes entre os seus melhores alunos, oferecer-lhes um contrato de três anos e, depois, renová-lo ou não. Não havia concurso. Era pura confiança depositada pelo catedrático naquele seu aluno que ele apostava que seria capaz de fazer uma carreira acadêmica de qualidade na Universidade e pretendia que viesse, no longo prazo, a substituí-lo.

Tenho lido muito o Sérgio agora. Não li muito o Sérgio quando fui aluno na graduação, pois não era a época do Sérgio no que quis respeito à nossa formação, a formação desejada por aquela geração. Era o momento da história econômica e da história social; não era a época da história cultural. Sérgio fez uma história cultural que não recusava a história econômica. A economia era apreendida por via da pegada cultural, sem os excessos da conceitualização tão cara ao tempo, como se pode

depreender de textos clássicos como *Caminhos e Fronteiras*, que tenho revisitado com muito prazer.

A minha formação foi na cadeira de História Moderna e Contemporânea que tinha naquele momento dois professores fantásticos. O primeiro era o professor catedrático, Eduardo D'Oliveira França, o protótipo dos velhos catedráticos da Faculdade de Filosofia, figura equivalente à do Professor Sérgio Buarque de Holanda. Um grande professor, nada mais, nada menos, do que o sucessor do Fernand Braudel. Braudel foi o professor da Cadeira de História da Civilização quando da fundação da Faculdade, na Secção de História que, ao retornar para a França, foi sucedido pelo Professor França, originalmente assistente do Professor Eurípedes Simões de Paula na Cadeira de História Antiga e Medieval. Substituir Fernand Braudel não é pouca coisa.

O Professor Eduardo D'Oliveira França era nosso catedrático e grande inspiração. Mas não era o homem da história econômica, meu objetivo naquele momento. Seu campo preferencial era a história cultural de inspiração *huizinguiana*, travejada pela história de inspiração francesa, sobretudo em Lucien Febvre, muito mais do que em Braudel, que fora seu professor. França não era um homem da história econômica, ele era um homem da história cultural. Foi outro que fez, sem rótulos, uma magnífica história cultural e, por via dela, uma excelente história econômica como se vê em seu texto sobre os cristãos novos e os engenhos no nordeste brasileiro, produzido por alguém que se dizia adepto da história das idéias e das mentalidades.

O Professor França foi o meu orientador de tese, uma tese para a qual ele não tinha paladar. Minha tese era de história econômica quantitativa e para o Professor França esta modalidade de história não tinha muito sabor. Disse-me diretamente que não tinha muita empatia com história econômica, mas que orientaria por ser o catedrático e, nesta condição, ser o orientador obrigatório, mas que eu deveria me valer de outros colegas professores, sobretudo dos mais velhos, indicação que, no caso, apontava para Fernando Novais, o mais brilhante entre seus assistentes.

Fernando Novais foi, de fato, a grande inspiração como professor e pesquisador. Foi a figura fundamental na minha formação. Eu me formei lendo os textos do Fernando, assistindo a suas aulas. Durante muito tempo eu não consegui fazer mais nada além de reproduzir o que o Fernando dizia ou escrevia. Mais tarde, mais

recentemente, consegui me distanciar um pouco da sua arquitetura interpretativa poderosa e começar a navegar um pouco por águas próprias. Começar a pensar, dizer e escrever coisas que, apesar de fundamentadas no que o Fernando havia arquitetado, apresentavam uma reorientação de rumo, um redimensionamento de certas análises, o que necessariamente levava a interpretações que não eram exatamente iguais às dele. No fundo, um desdobramento de suas posições, não uma recusa de sua interpretação sobre o sistema colonial. Pretende ser um passo além. Afinal, o bom discípulo não é aquele que consegue ultrapassar o seu mestre? O que não se pode fazer é a recusa peremptória daqueles sobre cujos ombros nos apoiamos.

Epígrafe_ O senhor colocou o peso que o professor pode ter na formação de um aluno de graduação e na pós. E como avalia o peso que o senhor mesmo teve com algum estudante?

José Jobson_ Um bom exemplo de influência exercida sobre aluno de graduação foi a minha longa convivência com a Professora Vera Lucia Amaral Ferlini. Vera fez o curso de História quando já era professora do ensino de segundo grau num excelente colégio paulistano, um colégio de referência. Era casada, tinha filhos e, por isso mesmo grande maturidade para aproveitar ao máximo o que a vida acadêmica poderia oferecer. Destacou-se sobremodo em todas as disciplinas que cursou como aluna e poderia, portanto, escolher qualquer uma das cadeiras que desejasse para fazer sua própria carreira universitária. Por ter se destacado nos seminários feitos comigo na Cadeira de História Moderna, acabou sendo uma das minhas primeiras orientandas por sua capacidade de pesquisadora, tendo feito mestrado e doutorado na área da história econômica, com especial atenção para a história quantitativa. Igualmente, por sua qualidade como professora, levei-a para dar aulas no Curso Objetivo, do qual era o Coordenador de História. Acho que este é um exemplo exitoso de influência positiva exercida por um professor sobre seus alunos de graduação.

De uma forma indireta influenciei um grande número de historiadores, isto porque meus livros didáticos tiveram um grande número de leitores. De certa forma houve uma época em que todos os professores de história utilizavam meus livros editados pela Editora Ática. Muitos deles, já professores de Universidade Federais,

vieram fazer suas teses comigo influenciados pelas idéias contidas nos livros didáticos. Isto explica o grande número de orientandos, quase uma centena, que fazem de mim um dos orientadores com maior produção de quadros na área de história.

Minha atuação nos órgãos de representação acadêmica, CAPES, CNPq e FAPESP, também tiveram um certo significado na constituição deste grande número de orientandos e na própria expansão da Pós Graduação, na USP e no país. Em um determinado momento, discutia-se quantos orientandos um orientador poderia ter. O número fixado era cinco. Batalhei nos órgãos em que participava para que o número fosse elevado para dez. Isto porque eu tinha o olhar posto nos professores das universidades federais que necessitavam aprimorar sua formação, pois em sua grande maioria não tinham mestrado ou doutoramento, mas o acesso estava bloqueado pelo pequeno número de vagas. Abrir a USP para esta demanda represada em escala nacional seria também uma oportunidade para que o padrão USP pudesse ser replicado nas várias unidades da federação, ao mesmo tempo em que, evidentemente, se manteria a hegemonia intelectual e científica da Universidade em escala nacional. Hegemonia que o tempo, como era de se esperar, se incumbiu de fraturar, porque os núcleos formados a partir da USP alcançaram níveis elevados de qualidade e passaram a concorrer com sua própria mãe formadora. É o movimento inexorável da história.

Até os anos 70, quem pretendesse fazer doutoramento tinha que vir ao Departamento de História da USP. Historiadores que são hoje referências na comunidade foram alunos do Programa de Pós, de História Social ou Econômica, a exemplo de Francisco Calazans Falcon e dezenas de outros. O segundo curso a oferecer uma opção do mesmo gênero foi o curso de História da Universidade Federal do Paraná. Afora estas duas opções, só restava o exterior, tinha que ir para Paris. Como as opções eram poucas internamente e ir a Paris era para privilegiados, pode-se imaginar a importância de expandir o número de vagas disponíveis na USP. Hoje, a pós-graduação está disseminada pelo país, há praticamente em todos os Estados da federação. Minha experiência particular é uma prova disto. Tenho doutores espalhados país afora. Em alguns lugares forma um enclave. Na Paraíba tenho 13 doutores, um deles em posição de chefia do Departamento e outros em postos importantes da Universidade. Esta empreitada democratizante, da qual muito me orgulho, teve também alguns efeitos

deletérios. Muitos de nossos ex-doutorandos, quando em posições chave nos comitês de avaliação, têm um olhar severo para o julgamento dos programas da casa de onde vieram.

Penso ter exercido influência benéfica para meus alunos de graduação no curso de História da USP. Tenho certeza de tê-la exercido sobre os milhares de alunos que tive nos cursos preparatórios para a Universidade. Fui professor do Curso Objetivo por décadas onde tive mais de 1 milhão de alunos. Tinha 80 turmas, nas quais dava aulas semana sim semana não, num total de 40 aulas por semana em salas com mais de 400 alunos, perfazendo um total de 30 a 40 mil alunos por ano, e isto por décadas. Havia turmas ainda maiores, como em Ribeirão Preto, onde as aulas eram dadas num colégio católico que tinha um cinema, o São José, onde cabiam 600 alunos. Minhas aulas eram muito concorridas e vários alunos assistiam à mesma aula mais de uma vez, às vezes até três no mesmo dia, deslocando-se de uma sala para outra à medida que eu me deslocava de sala para sala. A avaliação das aulas feitas por uma consulta mensal junto aos alunos, o famoso IBOPE, segundo a qual estive sempre nos primeiros lugares e, na maioria das vezes, em primeiro lugar, é a prova de que as aulas prendiam a atenção absoluta da classe, por serem compreensíveis, por demonstrarem haver um sentido na história e não apenas um amontoado de fatos para serem decorados. O desempenho nos professores, avaliado pelo IBOPE, era premiado com remuneração diferenciada, uma espécie de ganho por produtividade.

Se havia inúmeros professores excepcionais, havia também alunos considerados superdotados. O aluno superdotado era o sujeito que entrava na Faculdade de Medicina da USP, na Santa Casa, em Ribeirão Preto, na Unicamp, em primeiro lugar. Esse era o craque, o gênio. Essas pessoas poderiam receber apoio financeiro, os livros a serem utilizados no curso, outras formas de incentivo e premiação, mas se tornavam também objetos de propaganda viva para a própria instituição. Estes alunos excepcionais adoravam as aulas de história e muitos deles reorientaram suas opções rumo às humanidades.

Um caso extremo foi o de um aluno emblemático na história do Objetivo, apelidado Ameba pelo Di Genio, dono do Objetivo. O Ameba foi um caso desses: ficou

em primeiro lugar em várias faculdades de medicina. Mas quando começou a cursar as disciplinas da escola de medicina da USP, seu interesse começou a mudar.

A cabeça dele era grande demais para aquelas coisas técnicas que era obrigado a fazer. Não se dava muito bem com as coisas da cirurgia, de ter que dissecar cadáveres e coisas desse tipo. Qual era o seu refúgio? Fazer cursos optativos ou como ouvinte na área das Humanidades. Veio assistir meus seminários de história moderna. Frequentou vários outros cursos na área das humanidades. Não preciso dizer para vocês que, apesar de formado médico, a prática médica propriamente dita jamais foi o centro de seus interesses, o que não impediu de fazer uma brilhante carreira internacional. Casos como este foram muitos aqueles que descobriram as humanidades a partir das aulas de história. Isto mostra o quanto um bom professor é capaz de mobilizar os seus alunos, de despertar suas vocações, porque são espelhos do que gostariam de vir a ser. Inspiração que eu mesmo tive assistindo com deleite às aulas da professora Ondina, fundamentais para que eu descobrisse a minha real vocação.

Epígrafe_ No ano passado a gente lembrou os 50 anos do golpe militar e o senhor atravessou esse período durante os primeiros anos de sua graduação. Antes do golpe, quais eram os espaços de convívio e interação política dentro da FFLCH? Havia um projeto semelhante a uma revista estudantil como a Epígrafe?

José Jobson_ Em 62 saí do Exército, fiz o cursinho, prestei o vestibular e entrei no curso de História, iniciado em março de 1963 e terminado dezembro de 1966. Pode-se imaginar que eram tempos agitados. Estava no segundo ano quando ocorreu o golpe militar que instaurou o regime de exceção no país, a ditadura militar, que duraria 21 anos. Pode-se imaginar o ambiente crispado que vivenciávamos nos corredores da Faculdade e, de modo muito especial, nos corredores do prédio da História. Este ambiente deu margem a numerosas formas de manifestação política que, de alguma forma, transparecem nas revistas produzidas pelos alunos, a exemplo da revista do Centro Acadêmico da História. Mas nada que se assemelhe ao projeto atual da Epígrafe, voltado exclusivamente para a experiência da graduação e que podem ser dinamizadas pelas formas modernas de comunicação, as edições digitais. Não tive uma interação muito estreita com a revista, apesar de ter pertencido ao corpo diretivo do centrinho,

ocupava-me, sobretudo, com as atividades sociais do grupo, como fiz nos últimos anos atuando junto ao Departamento Esportivo do Grêmio da Faculdade, a Atlética. Nossa turma, preponderantemente composta por mulheres, tinha uma convivência muito próxima, mas não era muito politizada. Éramos 22 ou 23 alunos efetivamente freqüentando o curso, apesar de terem ingressado 30. O curso era muito difícil e selecionava muito. A reprovação nas matérias mais difíceis era uma regra, não exceção. Depois de formados, nossa turma de 1966, reunia-se todo final de ano para celebrar, número de presenças sempre decrescente por motivos vários, espírito de agrupamento que se preserva na mente dos sobreviventes, tanto que minha querida amiga Ana Maria de Almeida Camargo, em evento recente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, lembrou-me que no ano próximo teremos que celebrar de qualquer forma, pois comemora-se meio século de nossa formatura, só espero que não sejamos apenas dois os convivas.

Epígrafe_ Para o senhor, como foi a vivência dos espaços que existiam no seu período de graduação? Sabemos que tinha o grêmio da FFCL, que era bastante cotado como instituição de pensamento aberto. Como foi essa vivência do golpe em 64, 65 e 66 com o recrudescimento?

José Jobson_ O grêmio exercia uma liderança efetiva entre os estudantes, sobretudo entre aqueles instalados na Maria Antônia, pois a agitação era permanente e as assembleias se sucediam num torvelinho. Nós, da História e da Geografia, só entrávamos neste clima em situações especiais, caso de assembleias magnas, por exemplo. No mais, ficávamos um tanto isolados, pois já ocupávamos o prédio atual, que havia sido recentemente inaugurado, pois fomos uma das primeiras turmas a habitar o espaço da cidade universitária. De qualquer forma, definido pela repressão como espaço de resistência, a sensação vivenciada pelos alunos da área de humanidades na Cidade Universitária era de medo, a certeza de estarmos sob constante vigilância, isto porque sabíamos que havia agentes da repressão infiltrados entre nós, passando-se por alunos.

Epígrafe_ De que maneira houve o cerceamento da liberdade de expressão e a mudança no espaço de convivência na Universidade de 1963 para 1964, 65. Houve colegas perseguidos?

José Jobson_ Após 64 instalou-se o terror no Departamento de História. Primeiro porque vários professores começaram a ser ameaçados e sabiam ter sua cabeça a prêmio. Antes de haver a cassação formal, a pressão se disseminava de forma nem sempre velada. Era alguém que chegava e te alertava: “olha, você está numa lista de pessoas que serão convidadas a depor pelo DOPS”. Acho que dá para imaginar o pavor que esta confiança malévola suscitava entre as pessoas. Mas, como já disse, eu tinha que tocar a minha vida, seguir o meu objetivo, isto é, estudar, trabalhar e ajudar meus pais. Por esta razão, ainda aluno do segundo ano, já comecei a dar aulas, cujos efeitos foram bons e maus. Bom porque produzia algum recurso financeiro e me ensinava a falar, a ser um profissional. Mau porque a preparação das aulas e o próprio tempo destinado a elas retirava disponibilidade para o estudo, para a adequada preparação dos seminários e, sobretudo, para a pesquisa quando a oportunidade se apresentasse.

Desde o segundo ano eu já era, ao mesmo tempo, aluno e professor. Comecei dando aula num curso chamado Técnico, na Rua da Consolação. Depois fui dar aula de história no cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia, um cursinho consolidado que contava com excelentes professores ainda alunos e um grande número alunos que se preparavam para o vestibular. Grêmio então presidido pelo Fuad, cuja meta era utilizar os recursos do cursinho que pertenciam ao Grêmio para alimentar as ações políticas contra a ditadura militar.

Eu tinha ligações com o Grêmio por duas vias, por ser professor do cursinho e por ser presidente da Atlética, um setor da agremiação menos politizado. Não que isso significasse distanciamento da política estudantil, porque você não ficava distante de maneira nenhuma, a política estava em todo lugar, estava no ar. Estava profundamente arraigada no próprio Grêmio, onde se digladiavam tendências políticas conflitantes. O grupo mais radical defendia a mobilização dos recursos financeiros do Cursinho do Grêmio para alavancar a resistência ao regime, por via armada, se fosse necessário. Os contrários argumentavam que esta iniciativa poderia comprometer a própria sobrevivência do cursinho, que passaria a ser alvo preferido da repressão e que,

portanto, deveria se proteger e, ao mesmo tempo, continuar a contribuir para as ações políticas de forma indireta.

A repressão tinha conhecimento destas divergências e, frequentemente, de forma pouco discreta, farejava o ambiente da escola a procura de indícios de contravenção. Certo dia, em meio a uma aula sobre a Baixa Idade Média numa sala do prédio da rua Albuquerque Lins, um policial que mal disfarçava a arma no coldre, atravessou a sala em direção aos fundos do prédio onde, num espaço pequeno que servia de laboratório, passou a procurar armas e explosivos, deixando os alunos e o próprio professor em estado de suspensão, tudo isto porque havia suspeitas de que o cursinho financiase a luta armada. O agravamento das tensões levou o grupo mais radical a tentar um golpe de força e tomar o cursinho do grêmio pela força, invadindo e ocupando dois de seus prédios, da Albuquerque Lins e da Martinico Prado, mas não conseguiram tomar o prédio da rua Martim Francisco recentemente alugado, local onde os contrários resistiram com professores, funcionários e alunos, mantendo-se em vigília, e de onde nos retiramos quando um acordo foi feito entre as partes, que permitiu o pagamento de metade do salário dos professores que, comprometidos com os alunos, continuaram a dar suas aulas para terminar o programa do vestibular nas salas cedidas pelo Colégio Renascença, no Bom Retiro. Isto até nos instalarmos no prédio da rua Imaculada Conceição, pertencente à PUC, Equipe Vestibulares. Eram 77 professores, todos considerados sócios que participavam com seu capital/trabalho, liderados por Jocimar Archangelo, ex-diretor do Cursinho do Grêmio, Rubens, Itchiro e Samuel Iavelberg.

Naquela época eu comecei a namorar uma menina muito bonita que conheci numa unidade que fora aberta na Liberdade, especialmente destinada aos vestibulares na área do direito. Na minha visão, ela era a moça mais bonita de toda a escola, e não era o único a pensar assim. E era extremamente politizada, certamente muito mais do que eu. Era simpatizante da POLOP, um dos partidos mais radicais da época. Não perdia passeata, as nossas manifestações de hoje. Tinha muito medo do que poderia acontecer, pois a reação da polícia montada, da cavalaria, era violenta, poderia ser atropelada por um animal ou ser ferida por um golpe de espada. Mas não adiantava, ia assim mesmo, capa preta comprida, bota de couro até os joelhos, cabelos louros esvoaçantes, parecia uma guerrilheira do asfalto. Acho que vocês sabem quem é: nossa

pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária, Maria Armanda do Nascimento Arruda, isto para se ver que, mesmo em anos de chumbo, o sol pode brilhar.

Epígrafe_ No espaço da graduação o senhor já mencionou a preocupação em contribuir com a vida familiar. A opção pela pesquisa, após a docência em cursinhos, especificamente em história econômica, teve alguma relação com isso?

José Jobson_ Aí teve influência do tempo da história. Aquele tempo era o tempo da história econômica, a hegemonização capitalista conferia ao econômico a dimensão de totalidade, que o modelo braudeliano de interpretação se incumbiu de legitimar através dos Annales. A supremacia do econômico se consolida nos esforços de guerra, de construção da máquina de destruição e, na sequência, após o rescaldo do conflito, nos esforços de reconstrução, fazendo com que o capitalismo seja energizado nos dois tempos, da guerra e da paz. Em 35 anos, você tem dois grandes conflitos com um pequeno período de paz no meio. Não foi somente a destruição material, foi a destruição de recursos humanos produzidos pela perda de 100 milhões de habitantes, uma devastação na força de trabalho que precisava ser urgentemente reconstituída, promovendo um surto demográfico e, por desdobramento, econômico. A problemática do desenvolvimento estava na ordem do dia. Como promover a sua realização? Pela via do mercado ou da planificação. Se a problemática era de tal ordem, como pensar na cultura, na história cultural, na arte, na literatura? Havia coisas mais urgentes e necessárias para se pensar.

Se você não leva em consideração essas questões que são fundamentais naquele momento, você não pode entender a história corrente e, sobretudo, não é capaz de entender a história que os historiadores que viveram aquele tempo produziram. Veja o exemplo de Fernand Braudel. Decidiu-se pelo estudo do Império Espanhol, proposta que no início se resumia a uma biografia de Felipe II nos termos da orientação de Lucien Febvre. Ocorre que Braudel viveu na época dos grandes impérios, das unicidades racionais, das grandes totalidades: nazismo, fascismo, stalinismo. Ao voltar-se para o passado, elege como objeto de estudo uma imensa totalidade, a totalidade do Império espanhol, projetando sobre ele a racionalidade característica dos Impérios de sua própria contemporaneidade, dominada no plano econômico pelo capitalismo e, no

plano político, pelas arquiteturas imperiais. É a história vivenciada pelo historiador, a temporalidade que o produz, que o leva a produzir uma representação do passado ritmada pela experiência do tempo presente, um passado arrastado pelo presente, única forma de torná-lo palatável e inteligível aos homens do presente. Afinal, os historiadores não escrevem para serem lidos pelos homens do passado.

Epígrafe_ O senhor não acha que essa perspectiva estrutural está voltando um pouco, com a emergência da História Global que tem força nos EUA e está chegando ao Brasil?

José Jobson_ Responder a esta pergunta exige um retorno ao passado. O momento privilegiado da história estrutural foram os anos 50, cujo livro emblemático é o *Mediterrâneo* de Braudel publicado em 49. Nos anos 70, *Montaillou* de Ladurie produziu um corte em relação ao modelo braudeliiano de fundamentação econômica e instaurou o momento da história da cultura, o que passou a denominar-se Nova História. Desse marco em diante temos a hegemonização da história cultural, que abre uma enorme brecha para a introjeção dos antropólogos nos domínios da história. O que faz dos anos 80 e 90 o apogeu da história cultural, movimento que encontra correspondência no giro cultural, no *cultural turn* dos anos 80. A frase “a cultura está em todo lugar” tornou-se um axioma. Talvez não porque ela seja o centro do mundo, mas porque está em todo lugar. Mas não se pode esquecer que não há cultura sem base social, ações humanas, ações sociais, são fundamentais na elaboração simbólica da sociedade, da mesma forma que os símbolos culturais têm impacto sobre a vivência social e, portanto, sobre a produção da história humana objetiva que se constitui na matéria prima indelével da produção intelectual, da história realizada pelos historiadores, ou seja, a história da história comumente denominada por historiografia.

Acontece que um arquétipo interpretativo não dura para sempre, pois ele é temporalmente condicionado. Pode durar uma geração e, a partir daí, o desgaste, a desconstrução é inexorável, movimento que se dá no mesmo ritmo da construção de um novo paradigma que, por sua vez, é comandado pelo próprio movimento da história. A história estrutural corresponde a um momento de unicidades racionais imperantes na arquitetura dos impérios, rompida pela descolonização que a dezenas de

nações novas, cada uma com direito a erigir a sua própria história, o direito de vez e voz às pequenas racionalidades e, por desdobramento, ao esmigalhamento da grande história, como teorizou François Dosse.

Mas a história cultural identificada à nova história não vai durar para sempre. Está fadada a ser também parte da própria história da historiografia. Um momento específico da prevalência de um determinado tipo de interpretação da história pelos historiadores. Um outro paradigma se porá em seu lugar, o que é extremamente salutar para o bem da própria história como ciência do homem e do tempo. Do contrário, se você crê na possibilidade de que uma interpretação da história, por mais consistente que seja, será eterna, que a batalha entre as diversas perspectivas de interpretação histórica terminou, que a guerra entre os historiadores na interpretação do que consideram sua verdade terminou, significa que o fim da história chegou, que não há mais nada a fazer. De fato, *la guerre et finit? É tautológico que não!* Da história econômica à história cultural, da história total à história fragmentada: qual será a próxima modalidade do fazer histórico?

Só a temporalidade futura dirá. Mas se for possível cogitar sobre algumas possibilidades perceptíveis na experiência adquirida e numa certa perspectiva de futuro, pode-se argumentar que a fragmentação excessiva dos objetos da história conduz à indispensável necessidade de agregação dos fragmentos para que possa produzir um sentido de compreensão, uma compreensividade mínima. Os indivíduos somente se tornam sujeitos históricos se forem socialmente referidos, se compuserem uma figuração histórica, nos termos de Norbert Elias. A biografia de um indivíduo tem que ser uma biografia social, senão não faz sentido, será apenas um artefato literário, esteticamente bem elaborado, mas não história. O excesso de fragmentos com alta dosagem de empiricidade cria uma massa inesgotável de materiais que se esgotam em si mesmos, mas que, se forem reunidos numa cadeia relacional, poderão produzir sínteses interpretativas de grande fôlego. Esta cadeia relacional constitui uma estrutura, condição indescartável para que se produza um conhecimento histórico consistente, a consistência possível que se pode alcançar num determinado momento que será, certamente, temporalmente circunscrito, portanto, passadiço.

Epígrafe_ Como foi nas décadas subsequentes, em que se deu essa alteração de paradigma historiográfico, com o senhor mantendo o legado de pesquisa econômica, quantitativa? Como se deu a sua relação com a sua pesquisa e essas novas tendências? Como o senhor reagiu a elas: as incorporou, fez críticas?

José Jobson_ Minha primeira reação aos paradigmas culturalistas foi de absoluta negação. Li os textos buscando as brechas na metodologia, nos procedimentos interpretativos, no inventário dos objetos considerados dignos de investimento. Crítica cerrada que se fazia a partir dos meus próprios paradigmas. Só que, para realizar esta tarefa eu teria que ler os textos que fundamentavam aquelas proposições. Era preciso saber como estavam escrevendo história e sobre o que escreviam, razão pela qual passei a ler os grande antropólogos e historiadores aderidos ao método da nova história cultural e descobri que havia coisas de enorme valia no que diz respeito à construção do conhecimento histórico que eu, tranquilamente, poderia incorporar nas minhas pesquisas sem abrir mão dos meus posicionamentos teóricos ou da centralidade na temática da história econômica e social.

Levei este esforço de reflexão, e porque não dizer de atualização, para a sala de aula junto aos meus alunos do Instituto de Economia da UNICAMP, onde permaneci por doze anos depois de aposentar-me na USP. Um curso de história ministrado num curso de economia, mas constituído por alunos excelentes porque coletados nos vestibulares realizados pela UNICAMP em todo o país. Alunos que eu precisava ganhar para a história, o que me obrigava a abrir o ano letivo com uma aula metodológica, na qual explicava a diferença entre a história que transcorre, a história que os historiadores constroem, e a interpretação sobre os motivos que levaram os historiadores a construir uma dada história e não outra, ou seja, a análise historiográfica, historiografia entendida assim como a consciência crítica da história. A repetição do curso por anos, e da aula metodológica introdutória, acabaram na produção de um texto intitulado *Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica*, publicada pela Revista Economia e Sociedade, do Instituto de Economia, texto reelaborado para publicação no meu livro que acaba de sair, *Historiografia: Teoria e Prática*.

Para tornar a problemática complexa acessível para os alunos, usei e abusei dos recursos didáticos que possuía, fruto da larga experiência adquirida nas aulas ministradas no Curso Objetivo: frases diretas, dicção clara, modulação de graves e agudos, atenção absoluta ao olhar dos alunos, janelas através das quais intuía o grau de assimilação que me permitia inferir se as ideias veiculadas estavam entrando ou não, tudo isto numa forma coloquial. Daí ter composto um quadro comparativo de referências para explicar a diferença entre velha e nova história: de um lado análise, do outro, narração, e assim por diante, caminho através do qual conceitos complexos iam desfilando num mosaico de contraposições, por isso denominados pares de oposição dialogais. *Dialogais* era a chave, porque apontava no sentido do que eu, de fato, pretendia, não a de compor trincheiras cavadas para uma batalha em favor da velha história contra a nova história, mas de referências para discutir a possibilidade de um entrelaçamento em favor da história, de modo sempre coloquial: olha, aqui tem uma velha história e os conceitos fundamentais são: análise, reflexão, estrutura, síntese, interpretação, ideologia, etc. Agora vamos para o outro lado, você tem uma nova história, para a qual importa mais: a descrição, a narração, os imaginários, as representações, as simbologias, etc. Compunha um jogo de espelhos, no qual ao invés de pares de oposição, os conceitos aparentemente contrapostos poderiam funcionar como pares dialogais

Foi trilhando este caminho, através de experimentos trabalhados em sala de aula, que cheguei aonde cheguei. E aonde cheguei? Num texto que acabei de escrever, intitulado *Por uma história econômica renovada*. Um artigo escrito para a Revista Tempo, do Departamento de História da UFF que logo estará disponível no Scielo, uma espécie de manifesto meu para aquilo que eu acho que deva ser uma história econômica mais de perfil moderno, atual, uma história econômica que não recusa a história cultural, uma história cultural que não recusa a história econômica, porque produção e consumo envolvem não somente a produção material, mas também a produção do simbólico, e o simbólico tornou-se essencial na compreensão do mundo globalizado.

O problema é saber quem determina quem, Marx diz que ainda é a materialidade, é a razão material produzida pela necessidade que determina o consumo. Sahlins diz que não, que a cultura é fundamental, a rede de significados que compõe a

mentalidades dos indivíduos. Por isso, enquanto para Marx o fundamental no capitalismo são as fábricas, as grandes plantas industriais, para Sahlins o fundamental do processo de reprodução é o *shopping center*, por ser a catedral da simbolização do consumo que constitui as hierarquias sociais. Quando estudei a Revolução Industrial como aluno e, mais tarde, ensinei aos meus alunos como professor, não havia qualquer dúvida em minha mente: “é a fábrica, o sistema fabril que produz e estimula as pessoas a consumirem”, após o que o processo se reinicia, evidenciando-se que é a produção que determina o consumo. Se esta concepção é válida para os momentos iniciais da sociedade industrial, o mesmo não pode ser afirmado com segurança ao analisarmos a dinâmica do capitalismo moderno, quando, evidentemente, o consumo passa a jogar um papel importante e, às vezes, até mesmo decisivo. Isto explica, por exemplo, o papel fundamental desempenhado pela publicidade na dinâmica do capitalismo, especialmente nos momentos de crise, quando a publicidade torna-se uma ferramenta nada desprezível para que a crise seja superada, ou moderada. Para ficar em casa, cito Maria Arminda, a minha esposa, cuja primeira tese, denominada “A Embalagem do Sistema”, analisa exatamente esta problemática. Essas análises que eu estou fazendo agora dinamizam, porque essa coisa de dizer que o econômico determina o cultural é um absurdo, porque não é assim, há muitas coisas que são aparentemente do universo do econômico, mas que são no fundo essencialmente culturais. E também não se pode dizer que é a cultura que determina o material, porque essas coisas têm que ser contextualizadas historicamente.

Epígrafe_ Como o senhor vê a produção dos livros didáticos atualmente?

José Jobson_ Os livros didáticos também expressam as tendências da produção histórica, mas sempre com uma defasagem considerável, ou seja, os livros didáticos são atrasados em relação à produção histórica de vanguarda. Por quê? Porque os livros didáticos tendem a ser conservadores, porque visam os vestibulares massivos, e as questões propostas devem evitar o máximo possível diferenças de interpretação, as polêmicas, porque perdem a capacidade de avaliação de um conteúdo que se destina a uma multidão. Tudo aquilo que é muito novo, produto da pesquisa avançada, não pode ser incorporado senão não servirá de base para os mesmos vestibulares, não será

indicado como referência válida para os exames e, portanto, não será vendido, uma mercadoria sem mercado. Os vestibulares exigem que as questões formuladas para os vestibulares estejam alinhadas com o padrão de conhecimento médio existentes no país, cujo termômetro são os próprios livros didáticos. Então, se você escrever um livro didático que avance muito em suas interpretações, porque você tem certeza, porque você fez uma pesquisa sobre aquele tema, defendeu uma tese, ou conhece alguém que fez uma pesquisa, o texto não será validado como referência para os vestibulandos. Isso faz com que a história que está nos livros didáticos esteja sempre atrasada em relação à pesquisa. Em compensação, dependendo dos comitês decisórios compostos por professores, os grandes modelos interpretativos podem ser gradualmente incorporados, caso da história econômica nos anos 70, e da história cultural atualmente.

Publico livros didáticos desde 1974, livros originalmente publicados pela Editora Ática, agora pertencente a um conglomerado editorial. Quando o texto saiu foi uma explosão de aceitação e, obviamente, de venda, centenas de milhares de exemplares. O país inteiro consumia meu livro intitulado *História Moderna e Contemporânea*. Um livro de fundamentação marxista, com larga ênfase nas temáticas econômicas e escassa presença da história cultural, como se vê, compassado com as tendências interpretativas dominantes naquele momento. O meu livro de *História Antiga e Medieval*, publicado em 1976, abria com questões metodológicas, trabalhando conceitos fundamentais para a história, dentre os quais o conceito de “modo de produção”, “mais-valia”, etc. Um perigo na conjuntura pela qual passávamos, no pós-64. Texto que não passou despercebido aos críticos do Estadão, que o acusaram de ser uma cartilha de marxismo. Nesse sentido, era um livro que analisava a história numa perspectiva estrutural, que buscava a relação entre partes e todo, que buscava um sentido nas matérias que analisava, que privilegiava o econômico em detrimento do cultural, certamente uma perspectiva do tempo que foi gradativamente nuançada nas várias edições que se sucederam – mais de 30 – com numerosas tiragens no *Moderna e Contemporânea*, pelo menos 18 no *Antiga e Medieval*.

Era “quanto tempo leva isso para se encaixar”? Leva tempo.

A atualização dos livros didáticos é demorada. Os meus livros didáticos preferidos acabaram por ficar fora do tempo. Revendo as coisas que escrevi considero que a

minha obra mais importante não são as teses, lidas por poucas pessoas. Meu grande livro é *História Moderna e Contemporânea* que vendeu milhões de exemplares, foi amplamente reutilizado por pais, filhos e netos, influenciando gerações. Mas o tempo passou, a vendagem caiu, e a Editora obrigou-me a uma atualização mais radical, a incorporação de conteúdos recomendados pelos organismos oficiais, ligados ao MEC. A editora me obrigou a adaptar o texto. Eu fazia a interpretação do jeito que eu quisesse e eles iam recheiar o livro com o jornal da época, a vivência cotidiana etc. Rechearam o livro com novos conteúdos, cotidiano, cultura, conferindo-lhe o verniz de uma história mais puxada para o cultural. Mas havia uma dificuldade da minha parte. Se eu fosse fazer uma história cultural para mim, não seria aquela que ali estava. Por quê? Por causa de uma formação que eu tenho. E essa formação você não consegue mudar da noite para o dia, a não ser que seja um oportunista. Posso fazer um esforço no sentido de incorporar, mas elas precisam fazer sentido para mim, enquadrar-se num todo interpretativo.

Então essa história que está nos livros didáticos hoje, é uma história com a qual eu tenho dificuldades de me identificar. Isso explica o porquê de muitos dos livros didáticos meus terem sido desativados. A editora até insistiu para eu escrever naquela direção, mas eu não podia fazer isso. Posso sim voltar a escrever um livro didático agora de acordo com as novas propostas metodológicas que eu mesmo arquitetei, e que estão defendidas em publicações. Mas será que eu tenho vontade de fazer isso? Será que dá para, agora, nessa altura da minha vida, começar a escrever um livro didático de novo?

O meu livro mais importante não é *O Brasil no Comércio Colonial*, por exemplo, ou, um dos mais recentes *A Abertura dos Portos Brasileiros*, ambos produto de pesquisa original. Quantos leitores atingiram? Três mil, cinco mil? Em compensação, como já me referi, *História Moderna e Contemporânea* ultrapassou a casa dos milhões. Originalmente foi um texto destinado a compor um livro-manual para o curso de madureza que seria levado ao ar pela TV CULTURA, quando se iniciaram suas atividades, em 1968, uma espécie de curso a distância. Além de ser dividido em fascículos e vendido em banca de jornal, servia de base à preparação das aulas que eram preparadas, dramatizadas, e levadas ao ar. Como se fosse o ensino a distância atual. Escrever textos e apresentar na

televisão não era problema para mim, pois o Objetivo tinha uma Televisão própria, destinada a revisar os conteúdos para os alunos e treiná-los para responder as questões nos vestibulares.

Nos inícios ia tudo bem. Mas a radicalização do regime político afetou a TV CULTURA, um canal público, portanto, muito visado pelos censores sempre atentos. O conteúdo dos textos escritos por mim era crítico, mas não radical. O problema era a forma pela qual eram dramatizados, a forma pela qual o produtor de TV, jornalista Fernando Pacheco Jordão, os traduzia para transmitir ao público. Um dos episódios, particularmente, chamou a atenção dos censores. O meu capítulo do livro sobre a 1ª Guerra Mundial afirmava que os americanos tiveram grandes vantagens financeiras, pois de devedores aos europeus saíram do conflito como credores, o que é uma verdade inquestionável. O problema é como foi apresentado na TV. O produtor introduziu o tema a partir da fala de um ator que mais parecia um guerrilheiro saído de Sierra Maestra, Luís Carlos Arutin, que apontava para os espectadores, dedo em riste, barba negra espessa, e perguntava de supetão: “quem foi que ganhou a guerra? Quem foi que ganhou a guerra?”. Aí entrava um Tio Sam ridículo, ladeado por centenas de coristas, cena típica dos musicais da Broadway deixando explícito quem eram os ganhadores. Você pode imaginar o impacto na Embaixada Americana, que tinha muito poder neste país naquele momento. Fomos convocados pelo Presidente da Fundação, José Bonifácio Coutinho Nogueira e, na sede da Fundação, o responsável pelo programa, Professor Antônio Soares Amora, acompanhado por um censor, que mais me parecia um policial, nos inquiriu sobre quem fora o responsável. Eu ou o Fernando. Assumi a responsabilidade, pois sabia que se o Fernando assumisse seria demitido, ele que acabara de voltar de Londres com a família para se restabelecer no Brasil. Afinal de contas eu conseguiria sobreviver sem a TV CULTURA, pois lá ganhava um pagamento modesto por episódio escrito e publicado, mas tinha o respaldo do OBJETIVO onde era muito bem remunerado, inclusive por ser, na maioria das vezes, o primeiro colocado no IBOPE da escola, além de ser professor da USP, em turno completo.

Ser dispensado pela TV CULTURA foi uma dádiva. Peguei os fascículos que havia produzido e saíam semanalmente nas bancas e dirigi-me à Editora Ática, onde fui recebido pelo Diretor, médico de formação Anderson, figura excepcional que, ao ver o

material, não titubeou, disse-me “vamos publicar!”. O livro ficou pronto em 1964 e a primeira edição vendeu 300 mil exemplares. É um livro de época, um livro datado, um livro compassado a uma temporalidade, o espelho de uma geração de livros didáticos bem recebidos, um livro de fundamentação marxista que atravessou décadas de chumbo, portanto, um livro corajoso, que teve um papel na história desse país, daí o meu orgulho por ele, porque formou gerações: o pai comprava, o filho lia e repassava aos irmãos, chegava aos primos, uma média de cinco leitores por exemplar vendido segundo cálculos da própria Ática, e o livro esteve na linha de frente da Editora por décadas. Comprovei *in loco* a sua utilização, pois percorri repetidamente os principais colégios do país nos quais o texto era adotado, visitando todos os estados da Federação durante décadas. Procedimento que se repetia com intensidade a cada 5 anos, quando a Editora atualizava os conteúdos e trocava a capa do livro, uma estratégia para redinamizar a sua vendagem comum a todas as editoras do ramo.

A Ática, para vender os livros, mudava a capa do livro pelo menos a cada cinco anos, com algumas alterações cosméticas, atualizava a cronologia incluindo datas e fatos mais recentes e as alterações de conteúdo que o autor considerasse necessária, sem alterar demasiadamente o texto, sobretudo sem alterar o número de páginas.

Para fazer o relançamento do livro em centenas de colégios e dezenas de cidades brasileiras vivi experiências inesquecíveis. Fui a Porto Velho. Desci em Porto Velho convidado pelo colégio dos Salesianos, pois meu livro era adotado na escola. Quando eu cheguei deveria ter umas 400 pessoas. Para mim não era problema, estava acostumado. A aula terminou às 16h e eu tinha um vôo marcado para às 19h, aí o professor de história conduzia o evento disse: “o professor Jobson vai autografar os livros dos alunos. Quem quiser faça uma fila do lado direito da sala. A turma se levantou. Eram 400. Pensei “meu Deus do céu, como é que eu vou fazer?”. Mas não tinha jeito. Vinha um, trazia o livro, estava íntegro, novo. Aí o segundo, eu abria o livro, tinha o nome dele, do irmão, pois já vinha sendo usado há 3, 4 anos. Aí o outro tinha um xerox do livro inteiro. Veio um outro, que tinha o livro quase inteiro copiado à mão. Alguns até deixavam um espaço onde tinha as figuras e tentavam reproduzi-las. Eu fiquei emocionado. Eu disse: “Eu fico aqui dez dias se necessário. Perca-se o avião!”.

Qual é o meu livro mais importante? É *O Brasil no Comércio Colonial*? Não é. É o *História Moderna e Contemporânea*, 3 milhões de exemplares vendidos e lido por 15 milhões de pessoas.

Epígrafe_ O senhor trabalhou em vários cargos administrativos de universidades. Como o senhor vê o estímulo à pesquisa na graduação e o fomento de bolsas para iniciação científica, por exemplo?

José Jobson_ Eu acho que houve um avanço enorme. Na época em que eu estudei não tinha nada disso, não tinha bolsa. Bolsa para iniciação científica nem pensar. Bolsa trabalho da universidade, nem pensar. Hoje as bolsas existem e precisam ser estimuladas ainda mais.

Eu nunca tive isso, eu nunca tive uma bolsa na minha vida. Sabe quando é que eu recebi uma bolsa? Agora. Há certo tempo atrás. Os membros da minha comunidade científica, elas contam pela posição que ocupam no sistema de pesquisa. Como é que você pode saber se você é um pesquisador qualificado? O Lattes do CNPq é um espelho da sua vida acadêmica, da sua produção científica, avaliada por seus pares. São vários níveis que você pode ascender ou descender de acordo com seu desempenho. Quem está no sistema pode se dizer um professor *top*. Por quê? Porque eu sempre fiz muita coisa, sempre trabalhei muito em administração, no Departamento de História, do qual fui Chefe, na Universidade, da qual fui Diretor, na área estadual onde fui membro do Conselho Superior da Fapesp e na área federal, onde dirigi a área de Humanas e Sociais do CNPq, mas não deixava de fazer as minhas pesquisas, publicar e dar aulas. Eu sou pesquisador 1A do CNPQ há 20 anos.

E antes? Como é que eu escrevi a minha tese de doutoramento? Dando aula, 40 aulas por semana no Objetivo. E mais uma quarta-feira aqui dando seminário para os alunos das turmas da tarde e da noite. Naquela época os cursos teóricos eram dados pelos grandes professores: França e Fernando. Os professores mais jovens davam seminários, turmas com 15 alunos que desenvolviam um programa de leituras dos grandes textos de história moderna, era um laboratório.

Essa foi a nossa experiência, mas não quer dizer que todos tenham que ter o mesmo percurso. Mas achamos que devem ser oferecidas condições melhores porque

as pessoas podem chegar mais longe e mais rápido. É isso que vai trazer o crescimento da produção da história e do conhecimento científico. Por isso acho que as bolsas são fundamentais. Eu não as tive enquanto estudante.

Epígrafe_ E o intercâmbio internacional? Agora os alunos são muito incentivados na graduação a fazerem intercâmbio e muitos recebem bolsas. Como o senhor avalia esse tipo de política?

José Jobson_ Eu acho excelente, ótimo. O que precisa é ter recursos para financiar isso. Você abre esse tipo de programa e aí, num dado momento, o país entra em crise financeira, como está atualmente, e deixam de pagar as bolsas de quem está lá no exterior. É um problema grave. Estas pessoas terão que se virar para cobrir as suas necessidades imediatas. Portanto, é preciso que isso não seja um ato político somente, mas que seja um ato consequente. Se uma bolsa for concedida a alguém no exterior, essa verba tem que ser carimbada; ela tem que ser retirada do orçamento e colocada à parte. É como faz a FAPESP. Quando você pede uma bolsa da FAPESP e firma um contrato por três anos para fazer um projeto de doutoramento, o valor correspondente ao todo do projeto a ser desembolsado no decurso de 36 é sacado daquilo que se considera a disponibilidade corrente da Fundação e aplicado, garantindo que a bolsa será paga desde que o bolsista cumpra com suas obrigações, além de gerar recursos para o caixa da própria Fundação, alimentando outras concessões.

As bolsas de estudo às vezes criam situações inusitadas. Quando eu era professor do Departamento de História, por ter vínculo empregatício, não podia receber bolsa, mas os numerosos alunos do programa de pós, vindos de Universidades Federais, poderiam receber uma bolsa de formação de pessoal docente da CAPES, que acumulavam juntamente com seus salários, além de serem liberados por seus Departamentos na Universidade de origem das suas atividades normais junto à escola. Já eu, orientador, não tinha nada disso. A não ser que viesse a receber uma bolsa de produtividade do CNPq, como de fato veio a ocorrer, décadas após o início de minhas atividades profissionais.

Epígrafe_ O senhor entrou na pós-graduação antes da mudança no regimento. Como era esse ingresso?

José Jobson_ Só ingressava quem era professor. Não existia uma pós-graduação formalmente considerada. O que existia era o doutoramento. Tinha mestrado eventualmente, mas o pessoal não fazia mestrado, fazia o doutoramento direto, porque o mestrado era considerado perda de tempo e só o faziam aqueles professores sequiosos por incrementar o seu curriculum, havendo mesmo casos excepcionais de professores que fizeram o mestrado depois de já terem feito o doutorado. Mas era raro.

Hoje, para ingressar no Departamento, tem que ser doutor, a carreira docente e de pesquisador começa com este título. O mestrado não qualifica para concursos em grandes Universidades, apenas naquelas localizadas em áreas carentes. Naquela época não era assim. Hoje, se você fez concurso e entrou está dentro e não sai mais, a não ser por processo administrativo. Se você não tem produção científica a comissão controladora pode cortar o seu tempo integral e revertê-lo para turno completo ou parcial. Os casos deste tipo são raros na Universidade.

Mas naquela época, quando entrei no Departamento, em 1967, recém-formado, entrei pelo convite do professor catedrático, regra para todas as cadeiras. E se o professor catedrático era bom, ele só escolhia professores assistentes bons. Se o professor catedrático fosse ruim, ele não escolhia assistentes bons, porque ele tinha medo que os assistentes bons fizessem sombra para ele. Ele precisava de carregadores de pasta, de auxiliares submissos e não inteligentinhos que viessem a criar problema para ele. Eu, modestamente, posso dizer que fui convidado por todos catedráticos na época para ser assistente de suas cadeiras, com exceção de uma, da cadeira de Brasil. Mas eu fui sondado pelo Professor Eurípedes, catedrático de Antiga, através de sua esposa, a Professora Maria Regina, bem como pelo professor Manuel Nunes Dias, que era o catedrático de História da América, e tive também uma boa acolhida por parte da Professora Emília Viotti da Costa, responsável pela área de metodologia.

Eu era um aluno aplicado, era um aluno aguerrido. O meu aguerrimento vinha da minha origem, onde nada se conseguia sem trabalho. Você precisava trabalhar. Quando o professor França me convidou, chamou-me na sua sala, depois de consultar os demais professores de sua cadeira – faziam parte o Fernando Novais, o Carlos

Guilherme Mota, o István Jancsó, o Virgílio Noya Pinto e uma professora que não permaneceu no grupo, Antonieta. Se, entre os membros da cadeira, houvesse uma bola preta, do tipo “eu faço uma reserva a convidarem o Jobson pelo seguinte motivo...”, eu não seria convidado. Este era o critério que o professor França para escolher os seus assistentes. Eu era muito jovem quando entrei no Departamento de História para ser professor. Havia ingressado na graduação em 63, formei-me em 66, quando completei 24 anos. Após a formatura, o professor França me chamou, e em sua sala disse-me: “Jobson, eu vou te oferecer um contrato de professor assistente na cadeira de história moderna e contemporânea”. Eu quase caí da cadeira. A “cadeira” do professor França era *A Cadeira* entre todas do Departamento. Era onde todos gostariam de estar. Era a cadeira que tinha os assistentes mais brilhantes, mais competentes, e, sobretudo, compassados com as tendências historiográficas mais avançadas do tempo, caso exponencial do Professor Novais, e dos assistentes mais novos que haviam ingressado recentemente e que haviam sido, inclusive, meus professores, caso do Professor István Jancsó. Não foi um sonho tornado realidade, porque jamais ousei sonhar com esta possibilidade. Imagine o impacto, eu que há apenas cinco anos adentrava o curso André Dreyfus sem saber que profissão escolher, que me decidi pela história de forma aleatória, mera contingência, e agora, de uma hora para outra, encontrava-se integrado num grupo de primeira linhagem, e isto com apenas 25 anos, o professor mais jovem a ingressar no Departamento. Mas o contrato, ele me disse, é por três anos. Ele assinou o contrato, disse que ia mandar para a Faculdade de Filosofia.

Mas não eram tudo flores. O professor França exigia comprometimento e desempenho. Ofereceu-me um contrato de três anos que saiu logo a seguir, em regime de tempo parcial, quer dizer 12 horas de trabalho obrigatórias semanais. Mas o compromisso por ele exigido era o desempenhar as mesmas atividades de todos os professores em tempo integral, ou seja, aulas, seminários, pesquisa, pois, tempo integral, que se tornaria a seguir o meu grande sonho, era coisa difícil de conseguir, além do que o professor França considerava que o tempo integral somente deveria ser dado a quem fosse doutor, regra que de fato não era seguida no grupo porque todos tinham tempo integral, menos eu. Além do que meu contrato era temporário, válido por três anos, período no qual seria testado e, somente se aprovado, o contrato seria

renovado. Eu não passei por um concurso para entrar, o meu teste seria na sala de aula, na qualidade do relacionamento no seio do grupo, coisa que o Professor França considerava fundamental, o convívio entre seus assistentes. Concursos são bons, mas os ingressantes viram donos de si mesmos, pequenos catedráticos.

Fui aprovado pelo grupo e pelo professor França, não sem restrições feitas na reunião do Conselho Departamento pelo qual tinha que passar. Foram três votos a favor e dois contrários, demonstrando que a vontade do catedrático não era absoluta. Os votos contrários vieram do Professor Eurípedes e de alguém a ele ligado. A restrição foi motivada por uma mobilização que fiz entre os alunos contra a redução das questões de história nos vestibulares da Universidade, com o qual o Professor Eurípedes havia concordado. Eu argumentei junto aos alunos na própria sala de aula que esta medida diminuiria a importância da história nos vestibulares e, em decorrência, afetaria a carga horária da disciplina nas escolas em geral e nos cursinhos em particular. Problema que me afetava diretamente e a todos os alunos do curso de história, porque afetaria seu mercado de trabalho. Levou tempo para que eu me reconciliasse com o Professor Eurípedes, o que se fez pela intermediarização da Professora Maria Regina, sua esposa, que me convidou para um jantar de homenagem a ele feito no Restaurante Profeta, ao qual compareci, levei uma goiabada cascão de presente e o convidei para jantar em minha casa, o que se deu pouco antes dele morrer num acidente automobilístico na rua da Consolação.

A segunda renovação dependeria da tese de doutoramento, a partir da qual me tornaria um professor efetivo. Fazer a tese seria o grande problema considerando-se a enorme carga de aula que eu tinha por semana. Somente no Objetivo eram 40 aulas, fora as da USP, oito por semana, e nem todos os fins de semana eram livres, pois havia os simulados para vestibulares feita no cursinho e a necessidade de preparar os seminários. Pesquisar quando? Só nas férias. Foi uma batalha.

Naquela época o orientador de tese obrigatório era o próprio catedrático. Todos os professores da cadeira pesquisavam e produziam artigos ligados ao seu projeto de tese, eu fazia o mesmo com muito mais dificuldade porque não tinha tempo integral, mas tinha um projeto inovador porque se lastreava nas proposições de Celso Furtado

sobre a formação do mercado interno como processo de endogenização do fluxo de renda.

Formalmente era simples. Não tinha que fazer créditos, nem prova de qualificação, apenas uma comprovação de que você estava habilitado na forma de teses subsidiárias, isto é, a elaboração de dois trabalhos de pesquisa originais que deveriam ser defendidos oralmente perante banca de três examinadores. Apresentei dois trabalhos que foram defendidas perante duas bancas diferentes, composta por membros da própria cadeira, com base em dois projetos que poderiam ser mais tarde desenvolvidos. O primeiro sobre o comércio entre a Itália e Portugal nos fins do século XVIII e inícios do XIX e o segundo sobre os tratados assinados pelos portugueses no mesmo contexto. A tese, como não poderia ser diferente, foi feita às pressas. Da concepção da tese, em março, até a entrega, em dezembro de 1972, foram apenas dez meses. A pressa se explica pela mudança havida no sistema da Pós com a adesão da USP ao regime da CAPES, ou seja, teríamos que frequentar cursos, fazer prova de qualificação, o que significaria virar alunos de nossos colegas já doutores, caso do Carlos Guilherme. Como o Fernando também não era doutor, corria o risco de virar aluno de seu ex- aluno. Corremos desesperadamente para fazer a tese, diminuí minhas aulas no Objetivo pela metade e parei completamente nos períodos da redação, entre meados de outubro e dezembro, pois a tese foi redigida integralmente em dois meses. A base documental eram as Balanças de Comércio que fiz vir de Portugal, remetida em microfilmes produzidos na Biblioteca Nacional de Lisboa. Por sua experiência, maturidade e qualidades intelectuais, o diálogo permanente com o Fernando foi decisivo. A tese foi feita trocando figurinhas com o Fernando, ele lia os meus textos na medida em que eram escritos, e eu os dele, foi um privilégio.

Epígrafe_ Quais são os novos rumos, as novas vertentes da historiografia do Império Português que os historiadores graduandos podem tocar?

José Jobson_ Vou falar um pouco das coisas que me afetam, a partir do meu campo de pesquisa, porque é deste ângulo que se deve falar, e o meu território é a história da colônia Brasil. A produção histórica de São Paulo foi muito marcada pelas interpretações do Fernando para este período, baseada no conceito de antigo sistema

colonial, cujo arco recobre o período que vai do século XVI ao XVIII, de sua estruturação à crise, uma longa temporalidade, quase três séculos, ou mesmo três se pensarmos que a ruptura se dá no plano político e já entrados no século XIX.

Durante muito tempo aderi sem reservas a esta arquitetura interpretativa. Nos últimos anos tenho pensado que é necessário temporalizar este processo, ou seja, a colônia criada pelos portugueses no século XVI não é a mesma do século XVIII, sendo possível, portanto, demarcar três momentos bem definidos, aquele que vai do século XVI até meados do século XVII e, daí à primeira metade do século XVIII, seguindo-se um momento inteiramente diferenciado dos meados do século XVIII ao final da colônia, especialmente demarcado entre os anos 1780 e 1830, um período especialmente significativo detectado a partir de minhas pesquisas sobre a produção econômica colonial. A ideia de um sistema estruturado, em que as alterações são disfunções do sistema que acabam por ser reincorporadas, precisa ser revisitado. Isto porque aquelas anormalidades, ao se acumularem, transformam as estruturas do sistema e acabam por caracterizar a existência de momentos específicos, claramente delineados. O que caracteriza o século XVI e a primeira metade do XVII é o controle do mercado açucareiro em escala mundial pela metrópole e sua colônia, é o momento açucareiro.

No século XVII isso muda. Quebra-se o monopólio açucareiro da metrópole portuguesa e sua colônia. Com a saída dos holandeses do Brasil, instala-se um segundo momento, o momento no qual a competição se instala, o capital mercantil se aprimora, pois era necessário otimizar os fatores de produção, surgindo daí o que muitos chamam de segundo sistema atlântico. Na segunda metade do século XVIII a colônia se renova sob a égide da política pombalina metropolitana. Torna-se uma colônia agro-exportadora no embalo da crise aurífera. Colônia voltada à produção não apenas dos tradicionais produtos tropicais, mas, sobretudo, matérias-primas e produtos alimentícios que alimentam um processo de constituição de fábricas em Portugal. Num momento crítico da história mundial, na crise do século XVIII, no contexto da acirrada competição entre Inglaterra e França, a colônia Brasil, através de Portugal, alimenta a nascente indústria têxtil francesa, bem como o desenvolvimento das indústrias inglesas. Que sistema é este? Não é mais o sistema colonial nascido no século XVI. Estamos diante de um novo padrão de colonização caracterizado pela diversificação da produção

da colônia, responsável por um momento diferenciado no sistema português de colonização, no qual a colônia produz as matérias-primas que as manufaturas portuguesas transformam, remetendo-as de volta à colônia, seu principal mercado consumidor, um tipo pioneiro de colonização porque antecipa a prática que seria dominante na relação colonial no quadro do novo colonialismo do século XIX, forma de relacionamento que estimula a acumulação endógena da colônia, a formação de capital residente, ao contrário do que pensa João Fragoso, que remete esta forma de acumulação para os séculos iniciais da colonização.

Colônia que nada tem de arcaica, sempre foi moderna, desde os princípios, pois se o capitalismo no século XVI já era moderno, se a escravidão que fundamentava o sistema também era moderna, o sistema colonial somente poderia ser moderno, não poderia ser antigo. No século XVIII a colônia já havia constituído uma identidade própria e, portanto, não pode ser subsumida a um império tropical como querem as interpretações mais recentes. Estou convencido de que apesar de preservarmos as linhas mestras do sistema colonial, o monopólio, o exclusivo, o caráter extrovertido, a escravidão, o padrão de colonização diferenciara-se. Assumir esta perspectiva significa que muitas das interpretações até aqui postas com base nas linhagens historiográficas dominantes poderão ser rejuvenescidas pelas novas pesquisas, tarefa que caberá certamente a vocês, estudantes de graduação que logo serão pós-graduandos.

Epígrafe_ O senhor tem alguma consideração final?

José Jobson_ Para fechar a entrevista eu queria dizer que foi um enorme prazer, um privilégio mesmo estar com vocês e responder a essas perguntas tão inteligentes. Passar toda uma tarde refletindo sobre questões tão cruciais para nossa formação histórica, que me permitiram voltar aos meus primeiros tempos de professor e ter um diálogo com os alunos da graduação, dos quais me afastei há três anos, mas teria enorme prazer em retomar, pois os alunos da graduação sempre tiveram o condão de me instigar e, portanto, me rejuvenescer. Muito obrigado por esta oportunidade.